



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo n° 13.896-000.270/89-01

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 19/07/1993
C	Releitura

Sessão de : 27 de agosto de 1992 **ACORDÃO N° 201-68.326**
Recurso n°: 85.972
Recorrente: SISTENAC ELETRÔNICA LTDA.
Recorrida : DRF EM OSASCO - SP

IPI - LANÇAMENTO DE OFÍCIO. a) Receitas de origem não comprovada. Suprimentos a caixa: quando não comprovada a efetiva entrega dos recursos supridos a caixa por sócios da Empresa e sua origem, esse fato autoriza presunção de que correspondem a receitas mantidas à margem dos registros fiscais e contábeis e, pois, provenientes de vendas não registradas de produtos (art. 343, parágrafo 2º, do RIPI/82). Recurso não provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por SISTENAC ELETRÔNICA LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausente o Conselheiro DOMINGOS ALFEU COLENCI DA SILVA NETO.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1992.

Aristofanes Fontoura de Holanda
ARISTOFANES FONTOURA DE HOLANDA - Presidente

Linio de Azevedo Mesquita
LINIO DE AZEVEDO MESQUITA - Relator

Antônio Carlos Tavares Camargo
ANTÔNIO CARLOS TAVARES CAMARGO - Procurador-Representante da Fazenda Nacional.

VISTA EM SESSÃO DE 23 OUT 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros HENRIQUE NEVES DA SILVA, SELMA SANTOS SALOMÃO WOLSZCZAK, ANTONIO MARTINS CASTELO BRANCO e ROBERTO VELLOSO (Suplente).

CE/mdm/OPR



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo N°: 13.896-000.270/89-01

Recurso N°: 85.972

Acórdão N°: 201-68.326

Recorrente: SISTENAC ELETRÔNICA LTDA.

R E L A T O R I O

A Empresa em referência, ora Recorrente, é acusada, consante Auto de Infração de fls. 09, de ter recolhido com insuficiência o IPI por ela devido sobre produtos de seu fabrico, ao fundamento de que omitira de seus registros fiscais receitas de vendas de seus produtos, omissão essa caracterizada por suprimentos a caixa, no montante de Cr\$ 325.000,00, em que a Empresa não comprovava a efetiva entrega dos recursos a caixa a esse título, nem a origem dos recursos supridos, esse fato, ex-vi do disposto no art. 343, do RIPI/82 autoriza presunção de que essas receitas são provenientes de vendas não registradas.

Lançada de ofício do IPI que deixara de ser, então, recolhido, no montante de R\$ 32,50, a Autuada é notificada desse lançamento e intimada a recolher dita quantia, corrigida monetariamente, acrescida da multa de 100% (art. 364, II, do RIPI/82) e dos juros de mora.

Inconformada com a exigência, a Autuada apresentou a Impugnação de fls. 12/22, cópia reprodutiva das razões de defesa apresentadas no administrativo de determinação e exigência de IRPJ, fundado nos mesmos fatos que baseiam a exigência objeto do presente recurso, sustentando, em resumo:

— trata-se de pequena empresa que iniciou suas atividades em janeiro de 1986, o que obrigou seus sócios a propiciar-lhe recursos, através de suprimentos a caixa e mediante integralização de capital social, para que ela se mantivesse ativa, cumprindo sua função social;

— os sócios da Autuada, ao contrário da maioria dos capitalistas, dessa forma, mantiveram a atividade da Empresa, com o sacrifício pessoal;

— a legislação, quer do Imposto de Renda, quer do outro tributo, não veda o suprimento a caixa (empréstimo ou integralização do capital social) por parte dos sócios;

— por outro lado, parte dos suprimentos a caixa, inquinados pela fiscalização como caracterizadores de omissão de receita, foram realizados através de empréstimo com firma coligada, para o que a Autuada firmou as necessárias cambiais, devidamente registradas em títulos a pagar em seu Livro Diário a fls. 43, 55, 73 e 83;

2



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº 13896-000.270/89-01

Acórdão nº 201-68.326

— incabível, ainda, no caso, exigência de correção monetária, no exercício de 1986, pois, como é de conhecimento, não ocorreu variação das ORTNs, face ao "Plano Cruzado".

O auditor fiscal autuante presta a fls. 28/29 a informação fiscal de estilo, à guisa de contestação da mencionada impugnação. Leio em sessão essa informação.

A Autoridade Singular manteve a exigência pela Decisão de fls. 34, com os fundamentos sintetizados em sua ementa, *verbis*:

"Decorrença. A decisão prolatada no procedimento instaurado para exigência do IRPJ é de ser aplicada no processo decorrente para exigência do IPI."

A fls. 31/33 é anexada cópia da decisão proferida no administrativo do IRPJ.

Ciente da decisão dessa decisão, a Recorrente, ainda irresignada, vem, tempestivamente, a este Conselho, em grau de recurso, com as razões de fls. 38, alegando, *verbis*:

"A decisão recorrida está baseada em lançamento por decorrença do Processo nº 13896-000.268/89-51, decisão esta devidamente recorrida pela ora recorrente."

Tratando-se, como mencionado, de lançamento por decorrença, este deve seguir a sorte do outro lançamento, cujas razões de recurso estão em anexo."

A Recorrente, efetivamente, anexa cópia das citadas razões apresentadas no recurso relativo ao administrativo de IRPJ. Essas razões, são idênticas às oferecidas na referida impugnação.

Por diligência da Secretaria deste Conselho, junto ao Eg. Primeiro Conselho de Contribuintes, vem aos autos o acórdão da 4ª Câmara, desse Colegiado, que leio em sessão.

E o relatório.

K



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 13.896-000.270/89-01

Acórdão no 201-68.326

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR LINO DE AZEVEDO MESQUITA

Conforme relatado, a Recorrente é acusada de haver recolhido com insuficiência o IPI por ela devido no ano de 1986, ao fundamento de que dera saída a produtos de seu fabrico, sem o tributo, evidenciada pela omissão de registro de receitas, omissão essa caracterizada por suprimentos a caixa (mediante empréstimos e integralização de capital, em dinheiro) em que a efetividade da entrega e a origem dos recursos supridos não foram comprovadamente demonstrados pela Empresa.

A Denúncia Fiscal está devidamente instruída; a Recorrente, nas razões de recurso, e a decisão recorrida levadas pelo modismo de que se existir administrativo de exigência de IRPJ fundado nos mesmos fatos que fundamentaram a exigência de outro tributo, como na hipótese, o de IPI, aquele é processo matriz e que dele decorrem os demais administrativos, só ad passaram a falar que o presente administrativo é decorrente do de IRPJ. Este Colegiado, em seus reiterados julgados tem demonstrado que inexiste a alegada precedência do administrativo do IRPJ sobre os demais, fundados nos mesmos fatos.

A Recorrente não trouxe a estes autos qualquer documento; deixou tudo pelo que viesse a ser decidido no administrativo relativo ao IRPJ.

Tenho, assim, que está demonstrada a matéria fática, isto é, os suprimentos a caixa apontados pela fiscalização, não tiveram "a efetividade da entrega e a origem dos recursos comprovadamente demonstrados" pela Recorrente.

A jurisprudência da Administração Fiscal, por seus órgãos fiscalizadores, bem como dos Colegiados, é de que nesses casos, face ao disposto no art. 12, parág. 3º, do Decreto-Lei no 1.598/77, pressupõe-se que esses suprimentos evidenciam receitas havidas à margem dos registros fiscais e que se exteriorizam com os registros sob a forma de suprimentos de caixa.

Tenho, assim, como demonstrada a existência de receitas omitidas dos registros fiscais, não tendo sua origem conhecida, o que, face ao art. 343, parág. 2º, do RIPI/82, autoriza presunção de que são provenientes de vendas não registradas de produtos industrializados pela Recorrente, pelo que é de ser exigido o IPI, nos termos procedidos pelo Auto de Infração de fls. 09.

5



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº 13896-000.270/89-01

Acórdão nº 201-68.326

São estas as razões que me levam a negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1992.

LINO DE AZEVEDO MESQUITA